

**O SENTIDO DO SOFRIMENTO:  
NARRATIVAS MIDIÁTICAS DA CORRUPÇÃO POLÍTICA**

**Fernando Velasco<sup>1</sup>**

**Resumo**

O problema do sofrimento humano é o de seus sentidos. Historicamente, atribuir à dor narrativas que as expliquem constitui imperativo existencial. Cada cultura seleciona os sofrimentos que escolhe narrar e as explicações que atribui majoritariamente a eles. Como lugar de produção e difusão do senso comum, a mídia atua tanto na seleção dos sofrimentos, quanto na eleição de suas explicações. O presente artigo se propõe a defender a ideia de que, entre os sofrimentos que o contemporâneo privilegia está o de natureza política e, entre as explicações que preponderantemente se atribui a eles está a da corrupção. Para análise dessa hipótese, será tomada a cobertura dos primeiros momentos da cobertura do jornal O Globo das manifestações que alastraram pelo Brasil em junho de 2013.

**Palavras-chave:** Corrupção. Sofrimento. Narrativa. Mídia. Política.

Nietzsche (2008) argumenta que o problema do sofrimento humano não está no sofrimento em si, mas em sua ausência de sentido. Em cada cultura ou momento histórico, a atribuição de sentidos ao sofrimento constitui uma necessidade incontornável dos indivíduos. Ou, se preferimos, um imperativo existencial.

Designar sentido ao sofrimento significa torná-lo explicável, percorrê-lo em suas causalidades, produzir sua narrativa. Narrar o sofrimento implica revesti-lo dos sentidos de que não podemos abrir mão. As narrativas do sofrimento autorizam o domínio causal por meio do qual a experiência da dor se torna existencialmente suportável. Dessa forma, produzir narrativas que preencham de sentidos o sofrimento humano equivale a enfrentar o problema de estar no mundo.

Entre todos os possíveis, as diferentes culturas escolhem os tipos de sofrimento que privilegiam e a partir dos quais produzem as sentidos existenciais exigidos pelos indivíduos.

---

<sup>1</sup>Mestrando no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. fernandogvelasco@gmail.com.

Selecionam também as explicações que tipicamente atribuem aos sofrimentos que elegem. As narrativas por meio das quais o sofrimento adquire os sentidos que equacionam o desafio da estadia humana no mundo embutem sempre, portanto, sua singularidade histórica.

Uma vez que a mídia constitui um espaço de aprendizado coletivo de sentidos, produção e difusão do senso comum, os veículos de comunicação expressam e atuam na escolhas tanto dos tipos quanto das explicações ao sofrimento que particularizam a cultura em que circulam. Atualmente, a leitura de alguns dos principais jornais do Brasil indica, por exemplo, que o sofrimento ligado a eventos políticos está entre os que recebe especial atenção das narrativas midiáticas dominantes, as quais o explicam majoritariamente em termos de corrupção. Uma das razões pelas quais tipicamente se sofre hoje é então a de se ser representado por políticos corruptos.

O presente artigo tem a intenção de sustentar a ideia de que, mais do que algo que singulariza a realidade atual, a corrupção constitui uma chave para a construção das narrativas a partir das quais o homem contemporâneo reveste de sentidos o seu sofrimento. Mais do que como um problema ou fenômeno particularmente atuais, a corrupção hoje se constitui mais relevantemente, argumenta-se, como uma das noções que apoiam a produção de narrativas capazes de atribuir ao sofrimento atual os sentidos de que os homens necessita imperativamente.

Para exame da ideia proposta, serão tomados exemplos da cobertura midiática dos eventos que se propagam pelas ruas do Brasil nos últimos dias. Mais especificamente, será considerada parte da cobertura dos primeiros momentos das manifestações e protestos que atravessam nossa cena democrática atual pelo jornal O Globo, veículo de ampla circulação nacional.

De fato, a despeito dos desafios que a complexidade e heterogeneidade que os acontecimentos impunham, sobretudo no momento em que eram ainda incipientes, à produção de seus sentidos, parte da grande mídia brasileira, a exemplo de O GLOBO, parecia se sentir segura para narrá-los como produto sobretudo do repúdio à corrupção política. Entre todos os sofrimentos possíveis, o da insatisfação em relação à classe política. Entre todas as narrativas possíveis, a da corrupção.

O presente trabalho, por sua vez, não encontra nas narrativas da corrupção política explicação suficiente para eventos que parecem figurar entre os mais complexos e relevantes

da história recente no Brasil. Antes, prefere tomá-las como sintoma das formas por meio das quais a contemporaneidade tipicamente explica o sofrimento humano. O argumento proposto é o de que, mais do que sobre os próprios protestos e manifestações a que se referem, a explicação dos eventos que tomam as ruas do Brasil em termos de rejeição radical da corrupção política joga luz sobre a nossa cultura, os padrões de subjetividade que ela consagra e os tipos de explicação para o sofrimento que privilegia. Mais do que uma era em que convive com a corrupção política e seus efeitos deletérios, vivemos uma época em que a narrativa da corrupção política parece ser majoritariamente aceita como explicação para o problema existencial dos sentidos do sofrimento humano.

Este artigo não tem a intenção de dar conta do emaranhado das condições de emergência, agenda de reivindicações ou direcionamento político dos acontecimentos recentes. Ao contrário, tem como norte a noção de que, entre as ideias que se pode desde já atribuir ao conjunto de eventos que tomam as ruas, redes sociais e veículos de comunicação brasileiros nos últimos tempos, está precisamente a de que, longe de definidos, seus sentidos permanece em disputa. Uma disputa, diga-se, de natureza narrativa.

Dessa forma, parece útil percorrer algumas das mudanças históricas e guinadas subjetivas a partir das quais parece possível pensar o privilégio atual das narrativas midiáticas da corrupção política como forma de explicação ao sofrimento humano. Se a corrupção não é em sua realidade um fenômeno particularmente contemporâneo, como é então possível que ela figure de forma tão relevante entre as narrativas que nos fornecem os sentidos existenciais dos quais não podemos abrir mão?

A argumentação será desenvolvida, de forma breve, em três eixos. O primeiro deles diz respeito à disputa histórica entre, de um lado, a classe política e, de outro, a combinação entre imprensa e ministério público, pela condição de representante legítima do bem comum. Uma querela que tem se acirrado sobretudo em razão de características inerentes à própria conformação democrática atual, que inclui em si mesma as narrativas que chamaremos “contra-democráticas” (Rosanvallon, 2006).

O segundo eixo destaca os nexos entre a emergência do pensamento neoliberal e a ascensão da corrupção como noção destacadamente relevante nas cenas política e econômica global. Ao argumentar a soberania das ideias de livre mercado, livre circulação de capitais e livre circulação de bens, a narrativa neoliberal se esforça para fazer da transparência seu valor

máximo e, dessa forma, atribuir a condição de máxima vilania às experiências que se opõem a ela, a exemplo das práticas de corrupção política.

Por fim, um terceiro eixo argumentativo diz respeito à ideia de “presentificação do ideal” (Gauchet, 2010). Trata-se do mecanismo subjetivo por meio do qual, com o declínio das grandes narrativas redentoras experimentado pelo contemporâneo, o lugar da realização e da boa vida deixa de ser o futuro para ser o presente. A frustração de expectativas em relação ao hoje passa então a ser narrada a partir de falhas pregressas decorrentes da imoralidade não de quem sofre, mas de um outro que se materializa não raro na figura do político corrupto.

Recuperaremos então o ambiente político pelos quais circularam as narrativas midiáticas que esse artigo tem intenção de analisar, o dos primeiros dias das manifestações que se alastraram pelas ruas do Brasil, momento em que seus sentidos permaneciam ainda mais em aberto do que hoje. Relembremos.

Inicialmente, acordos firmados em esfera municipal passaram a vigor e definiram o aumento do valor da passagem de ônibus em vinte centavos de real. Talvez fosse possível imaginar que tal medida pudesse ter sido considerada normal em um país que não pode incluir entre as virtudes de seu governo a de conter o processo inflacionário. Mas a o fato é que ela desagradou fortemente a uma parcela da população.

Capitaneados pelo Movimento Passe Livre, que há anos reivindica a gratuidade do transporte público no Brasil, milhares de pessoas foram às ruas em protesto contra o aumento dos preços das passagens. Posicionados estrategicamente em algumas das principais vias de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, os manifestantes não se deixaram ignorar por aqueles que se sentiam lesados pela relativa confusão que se formava no trânsito.

Para as polícias militares, forças de segurança de âmbito estadual, havia motivo suficiente para repressão. Sobretudo na cidade de São Paulo, mas também no Rio de Janeiro, a polícia agiu com despreparo e violência, para dizer o mínimo. A grande mídia e, a exemplo do jornal O Globo, narrou os eventos como “tumultos” ou “badernas” e classificou os manifestantes como “vândalos”.

No dia seguinte, as manifestações adquiriam mais uma pauta, a do repúdio à violência policial. E, mais fundamentalmente, ganhavam fôlego. Não apenas os protestos se nacionalizaram vertiginosamente, como se massificaram de forma relevante. A ordem de

grandeza já não era mais a das dezenas, mas a das centenas de milhares que, somadas nas diversas cidades, formaram multidões de manifestantes pelas ruas do Brasil.

Junto à escala dos eventos, cresceu o número de reivindicações, insatisfações e demandas que abarcavam, além dos tipos de sofrimento que denunciavam. Exigência de atenção às questões da ordem dos direitos humanos e à inclusão de minorias, insatisfação em relação às condições gerais do transporte, educação e saúde públicos no Brasil, incômodo com uma percepção de exorbitância dos gastos com os eventos esportivos que o país sediava ou se preparava para sediar, rejeição a emendas constitucionais em trâmite, questionamento da destinação de recursos a serem gerados a partir da exploração de recursos naturais, insatisfação em relação ao sistema de representação democrática, externalização de uma eventual crise da relação entre ideais e partidos políticos, entre muitas outras questões. Apenas muito marginalmente, surgia nas ruas o tema do repúdio à corrupção política.

No entanto, boa parte da grande mídia passou subitamente a narrar os protestos como índices de um suposto renascimento popular de uma pauta oposicionista. Nas páginas de O Globo, as narrativas mais frequentes eram as que descreviam os eventos como manifestações cabais do descontentamento do cidadão brasileiro em relação à classe política que hoje o representa. Nas primeiras páginas, surgiram imagens de cartazes que, empunhados por indivíduos que trajavam máscaras do ministro Joaquim Barbosa, pediam a condenação dos “mensaleiros”. Eventos que nasceram a partir de um acordo estabelecido em nível municipal e ganharam força a partir de uma intervenção trágica por parte de forças de segurança de alçada estadual passam a, de forma politicamente obscura, ter como réu o governo federal.

Paralelamente, prefeitos e governadores, sob pressão, começaram a se pronunciar publicamente. Em São Paulo, o prefeito estabeleceu diálogo direto com militantes do Movimento Passe Livre, enquanto o governador ordenou uma postura mais branda por parte da polícia. Quando a maior cidade brasileira recuou na decisão de aumentar o custo da passagem de ônibus, a medida se nacionalizou. Cresceu então a demanda por um posicionamento da presidente da república, o qual enfim aconteceu, primeiro via rádio.

A presidente falou durante cerca de três minutos sobre os eventos, sob ângulos diversos e de forma bastante vaga. Em apenas uma única frase, incluiu, de passagem, em provável negociação de sentidos com a oposição ou identificação de oportunidade de lucro

político, entre as muitas e muitas questões suscitadas pelas manifestações, a da necessidade de se criar mecanismos mais eficazes de combate à corrupção.

Nas redes sociais, muito se falava sobre a heterogeneidade das narrativas que se colocavam em jogo pelas ruas, sobre os sentidos políticos que abarcavam, sobre a disputa semântica que encerravam. Ainda assim, no dia 18 de junho, a edição online de O Globo não hesitou: “Dilma diz que mensagem das ruas é de repúdio à corrupção e uso indevido do dinheiro público”. Entre todos os sofrimentos possíveis, o que diz respeito diretamente à classe política. Entre todas as explicações possíveis para o sofrimento, a corrupção.

Já no dia seguinte, 19 de junho de 2013, quem foi às páginas políticas da versão impressa de O Globo encontrou um artigo do principal comentarista do veículo sobre o tema. Seu título: “O Foco é a Corrupção”. Merval Pereira se propôs a explicar de forma simples a maior manifestação popular da história do Brasil. Nada havia nada em sua narrativa que incluísse a complexidade. Se havia vozes dissonantes, confusão de agendas, tendências ideológicas distintas, ou qualquer tipo de multiplicidades em jogo, nada disso parecia ter relevância para o colunista.

Em sua disputa pelo sentido dos eventos, Merval talvez tenha acabado por atribuir aos movimentos a sua própria agenda. As ruas, insinuou, apenas faziam eco àquilo que O Globo dizia há tempos. No 26 e seis de junho, a edição online do jornal confirmou, por meio de um infográfico: “Alvos de protestos são temas comuns na imprensa: manifestantes pelo país exigem nas ruas soluções para mazelas que jornais, revistas e sites de notícia abordam com frequência há anos”.

O presente artigo não pretende, todavia, abordar os sentidos atribuídos aos eventos pelas narrativas de O Globo como produtos de interesses de qualquer ordem. Mais que isso, importa percorrer as transformações históricas e mudanças subjetivas que permitem a produção das narrativas que o jornal tem colocado em disputa. Para tanto, será tomada como princípio de análise a lógica foucaultiana da raridade discursiva. Trata-se, de um lado, de relacionar as narrativas midiáticas às condições de enunciação que as tornam possíveis e necessárias e, de outro, de remetê-las à diferença histórica a partir da qual ganham sentido. A ideia proposta é a de que os sentidos que as narrativas de O Globo levam aos embates da história emergem como respostas singularmente contemporâneas ao sofrimento e às angústias existenciais do homem de hoje.

As primeiras mutações a partir das quais se torna possível pensar a emergência da corrupção como noção ao redor da qual se erigem narrativas capazes de responder ao problema da estadia humana no mundo guardam relação com as narrativas “contra-democráticas” que atuam nas democracias atuais. Pierre Rosanvallon propõe a ideia de que a atividade democrática que singulariza o contemporâneo se presta em larga medida à limitação ou questionamento das formas clássicas da democracia. A legitimidade, um dos pilares sobre os quais se sustentam as democracias representativas, já não se configura como tradução direta dos resultados eleitorais. O direito de representar legitimamente os eleitores já não parece se conservar inabalado até o momento em que se cheguem novas votações.

De fato, é sobretudo na organização de sua desconfiança em relação atividade política que as a democracias contemporâneas encontram sua particularidade mais pujante. Elementos positivos dos sistemas políticos atuais, as narrativas contra-democráticas investem-se de poderes indiretos espalhados por toda a trama social, os quais se reúnem sob os signos da vigilância, monitoramento e fiscalização das forças mais tradicionais da democracia.

As narrativas postas em circulação pelas manifestações e protestos recentes não deixam faltar exemplos. Demandas pela abertura de planilhas que revelariam a verdade sobre a conformação do preço da passagem, pressão popular para a organização de plebiscitos ou referendos relativos à reforma política, vontade generalizada de abolição do voto secreto por parte dos parlamentares, acompanhamento e divulgação constantes das decisões dos membros de câmara e senado em redes sociais, entre tantos outros.

Em um contexto em que o objetivo maior parece ser não o de conquistar, mas o de limitar o poder político, o clamor pela transparência emerge como característica decisiva do cenário democrático atual e, por conseguinte, das formas singularmente contemporâneas de relação com o sofrimento. Para as narrativas mais atuais, já não se trata de obter sua erradicação por meio da ação política. Trata-se, antes, de impedir que a classe política cause o sofrimento humano. Eis um dos mecanismos por meio dos quais se torna possível que a corrupção sirva hoje como base para a explicação dos dilemas existenciais do homem.

Um segundo eixo argumentativo à luz do qual torna-se possível entender a centralidade da corrupção nas narrativas contemporâneas de sofrimento tem relação com as discontinuidades históricas do pensamento econômico global.

Se, nos primeiros tempos da economia moderna, autores como David Ricardo e Adam Smith rejeitaram a intervenção do estado e alojaram no mercado a condição de regulador legítimo de preços, o início do século XX atribuiu, com destaque para a obra de Keynes, importância à ação dos governos sobre o panorama econômico. Na América Latina, por exemplo, as apostas no estado como agente regulador da economia figurou em algumas das narrativas econômicas mais relevantes produzidas entre os anos 1930 e 1970.

A influente Teoria da Dependência, elaborada por autores vinculados à CEPAL, como Raúl Prebich e Celso Furtado, tem como narrativa central a ideia de que o abandono das economias de caráter majoritariamente agrário à ação do mercado as conduziria necessariamente ao subdesenvolvimento do qual emergiriam a miséria e o sofrimento. A solução, por sua vez, é tipicamente narrada pelo pensamento cepalino a partir da intervenção do estado na economia com vistas à alavancagem do processo de industrialização que abriria caminho para o crescimento a partir do qual se poderia talvez mitigar o sofrimento humano.

Com a emergência do pensamento neoliberal, o contemporâneo devolve ao mercado a sua soberania. Passa, dessa forma, a vigor a noção de que a ingerência estatal na economia engendra necessariamente a deformidade de preços e torna a atividade econômica menos eficiente. Se há intervenção do governo, sugere a narrativa neoliberal, há distorções e prejuízos ao desenvolvimento e à melhoria das condições da vida humana.

As narrativas privilegiadas pelo pensamento econômico dominante atual adquirem por vezes contornos morais. Ao destacar precisamente a corrupção política como forma privilegiada e extrema da desregulação associada à intervenção do estado na economia, as narrativas neoliberais incorporam, por oposição, a existência de uma suposta pureza na supremacia de um livre mercado a ser preservado de abalos e discrepâncias, sob pena de se comprometer as chances de geração dos recursos que poderiam atenuar o sofrimento dos homens.

Surge então mais uma transformação histórica por meio da qual a corrupção passa a ser fazer singularmente útil às narrativas que tomam para si a tarefa de revestir o sofrimento dos sentidos dos quais o espírito humano necessita. A corrupção, sustentam muitas das narrativas midiáticas atualmente dominantes, interferiria na atividade dos mercados, desregularia os preços e comprometeria possibilidades de desenvolvimento, de modo a aprofundar o sofrimento humano.



Susan Rose-Ackerman (1999), autora pioneira nos estudos da “Economia da Corrupção” inclui entre os artigos de um amplo volume que organiza sobre o assunto um texto que representa particularmente bem a forma como o pensamento neoliberal narra usualmente o sofrimento humano. Nele, o economista Johann Graf Lambsdorff, ex-presidente da Transparência Internacional, não apenas estabelece vínculos, mas também indica proporções e ordens de grandeza que os dimensionam, entre, de um lado, os índices de corrupção e, de outro, as taxas de mortalidade infantil, desnutrição, evasão escolar, diminuição das reservas ambientais e ameaça de extinção de animais em diversos países. Ao longo do texto, o autor argumenta que a causa de cada uma dessas mazelas é a corrupção e que, inversamente, quanto mais transparente é um país, menor é sofrimento de sua população.

Há ainda um terceiro mecanismo a partir do qual mutações históricas e transformações subjetivas podem se oferecer como formas de explicação da relevância da noção de corrupção para as narrativas de sofrimento privilegiadas pelas contemporaneidade. Trata-se de uma mudança temporal no horizonte das expectativas humanas.

Em reflexões sobre a contemporaneidade, Octávio Paz propõe a ideia que o lugar da utopia está no presente e não mais no futuro. Marcel Gauchet, por sua vez, empresta contornos políticos a essa noção. O desejo pela boa vida, argumenta, não se esvai junto à morte das narrativas redentoras, como a da promessa do paraíso ou a da implantação do regime comunista. Os sujeitos contemporâneos não deixaram de almejar a felicidade e a diminuição do sofrimento. O que ocorre é que seus desejos são definidos em um cultura que tem entre outras a particularidade de abrigar uma “presentificação do ideal”.

Paulo Vaz (2011) desenvolve as ideias de Gauchet a partir da relação entre seus desdobramentos afetivos e políticos. Até a modernidade, quando idealização humana esteve sempre alojada no futuro, propõe, a discrepância entre o que se tinha e o que se almejava induzia o fortalecimento do desejo presente pelo ideal por vir. De fato, quando se tinha grandes planos para o futuro, o momento atual se tornava a possível véspera da realização do que se almeja. Restava a quem vivia nas culturas que posicionavam a utopia no amanhã apenas a tarefa de elaborar os meios de atar presente e o futuro. A narrativa típica das sociedades esperançosas em relação ao por vir tinha então como cerne a viabilização daquilo que se deseja em nome do que se acreditava sofrer. A experiência do sofrimento humano e,

com ela, o desafio existencial de seus sentidos, equacionava-se na ideia de que a dor configurava-se como aquilo que antecedia sua própria erradicação.

Com a presentificação do ideal que tipifica o contemporâneo, no entanto, a expectativa que se tem em relação a um presente idealizado conduz quase invariavelmente à frustração, à angústia e ao sofrimento. Se a utopia está no presente, parece plausível afirmar que está também nele a sua refutação mais cabal. A imperfeição incontornável da vida interrompe as expectativas de felicidade plena. Da narrativa do desejo de felicidade imediata, passa-se imediatamente à do sofrimento existencial.

As narrativas do sofrimento que têm sua origem na frustração em relação a um presente ideal implicam a elaboração de seus sentidos. Em um contexto como o atual, em que o futuro já não faz parte do horizonte das expectativas dos sujeitos, resta-nos narrar o sofrimento a partir de causas pregressas. Na idealização frustrada do presente, cabe ao espírito humano buscar no passado os motivos por meio dos quais o sofrimento humano adquire os sentidos de que precisa.

Com Gauchet e Vaz, esse artigo propõe a ideia de que um dos terrenos que tipicamente acolhe narrativas capazes de recobrir de sentidos o sofrimento da frustração em relação à presentificação do ideal é o da corrupção política. Hoje, propõe-se, sofre-se tipicamente em razão de desvios pregressos de conduta por parte de um outro imoral. Sobretudo em narrativas midiáticas como as que esse trabalho elege para análise, esse outro que desencadeia o sofrimento humano é, em larga medida, o político corrupto. Mais uma vez, torna-se possível pensar a centralidade das narrativas midiáticas da corrupção política não como simples decorrências do próprio fenômeno a que se referem, mas como produtos das contingências da trama histórica em cujos interstícios se forja a singularidade da cultura em que circulam.

À guisa de conclusão, cumpre ressaltar que não figura entre os objetivos desse trabalho o de sustentar a tese de que a corrupção política não constitui um problema grave. O que se tem intenção de frisar é, para além disso, a ideia de que, mais do que um como fenômeno ou prática, a corrupção tem funcionado como noção ao redor da qual foi erigido nos últimos tempos um modelo de explicação para os problemas do mundo e para o sofrimento humano. Sobretudo quando posta em funcionamento por veículos da grande mídia, a narrativa da corrupção política pode por vezes propiciar a tranquilidade existencial

que permite a alguns compreender o próprio sofrimento e o de seus semelhantes apenas como produtos da imoralidade alheia.

O que talvez exista de perigoso nas propriedades reconfortantes das narrativas midiáticas da corrupção é, propõe-se, justamente a conversão do debate político em discussão moral. O argumento é o de que esse deslocamento pode se configurar como obstáculo ao enfrentamento e elaboração positivas, por parte do sujeito contemporâneo, da experiência incontornável do sofrimento. Desimplicados de seu próprio sofrimento e cada vez mais distantes da atividade política, os homens de hoje se arriscam a simplesmente vilanizá-la.

Mais fundamentalmente, talvez não seja ainda impossível que, ao se distanciar radicalmente do debate e incidência de natureza propriamente políticas, as sociedades contemporâneas se exponham também à experiências bastante anacrônicas, para dizer novamente o mínimo. Por ora, parece seguro propor apenas a ideia de que, em face do bem-estar existencial promovido pelas narrativas da corrupção veiculadas por parte considerável da grande mídia, torna-se mais difícil encontrar na política uma ferramenta útil à construção efetiva de um mundo melhor.

### **Referências**

GAUCHET, Marcel. **A Democracia Contra ela Mesma**. São Paulo: Radical Livros, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ROSE-ACKERMAN, Susan. **Corruption and Government: Causes, Consequences and Reform**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ROSANVALLON, Pierre. **Le Contre-Démocracie**. La politique a l'âge de la défiance. Paris: Seuil, 2006.

VAZ, Paulo. **Risco e Retórica das Imagens de Sofrimento**. Belo Horizonte: Revista Devires, 2011.